

IA NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE DOCUMENTOS OFICIAIS.

NATALIA SIRTOLI CURTARELLI^{1,2}, ÂNGELA DERLISE STUBE^{2,3}

1 Introdução

Nos últimos anos, a Inteligência Artificial (IA) integrou-se rapidamente aos processos de produção e circulação de conhecimento. No entanto, é necessário olhar tal integração sob lentes situadas nas condições reais do uso da tecnologia. Como apontam Grigoletto, Silva e Gallo (2025), essa incorporação no Brasil não é um processo neutro, mas atravessado por contradições. Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) publicou, em 2026, o "Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de IA na Educação" (doravante "Referencial"), com objetivo de orientar a prática pedagógica nos diversos níveis de ensino e instituir sentidos oficiais sobre a tecnologia no país.

Esta pesquisa vincula-se ao projeto de Iniciação Científica "IA na Educação: um olhar discursivo sobre documentos oficiais". O trabalho é financiado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por meio de Bolsas de Iniciação Científica Tecnológica e Inovação, conforme os Editais nº 72/GR/UFFS/2025 e nº 447/GR/UFFS/2025. À luz da Análise de Discurso (AD), o estudo abaixo descrito, propõe analisar como os discursos do Referencial organizam os gestos de interpretação principalmente sobre o papel do professor, mas também sobre mediação docente aumentada, soberania tecnológica e, por fim, e os efeitos de sentido da "personalização do ensino" na Educação Básica.

2 Objetivos:

Geral:

Analisar como os discursos textualizados no Referencial produzem sentidos sobre o papel do professor no que diz respeito ao uso da Inteligência Artificial na Educação Básica.

1 Acadêmica do curso de Pedagogia, campus Chapecó, contato: natalia.sirtoli@estudante.uffs.edu.br.

2 Grupo de Estudos em Língua(gem), Discurso e Identidade.

3 Doutora em Linguística Aplicada, Docente do Curso de Letras - Português e Espanhol e do PPGEL - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos, UFFS/ Campus Chapecó/SC.

Como objetivos específicos, temos: 1) Contextualizar as condições de produção, finalidade, autoria institucional e organização do Referencial; 2) Identificar enunciados relacionados à Inteligência Artificial, à educação e à docência; 3) Interpretar as regularidades discursivas sobre o papel do professor no uso da IA; 4) Compreender efeitos de sentido produzidos acerca do papel do professor no uso da Inteligência Artificial na educação; 5) Analisar efeitos de sentido interpretados à luz dos pressupostos da Análise de Discurso;

3 Metodologia

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo qualitativo e de natureza documental, assumindo também um caráter aplicado ao buscar produzir conhecimentos sobre o uso da tecnologia no ensino. O dispositivo analítico fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD), a partir das formulações de Eni Orlandi. Sob essa perspectiva, compreende-se que o discurso é um efeito de sentidos entre interlocutores, constituído na relação indissociável entre a língua e o contexto sócio-histórico-ideológico. O *corpus* da investigação é constituído pelo "Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação" (MEC, 2026), e, embora o documento seja considerado em sua integralidade, o recorte analítico se concentra no Resumo Executivo, nos capítulos 2, 3 e 5, e nas Recomendações Finais.

O dispositivo mobiliza as categorias críticas de Grigoletto, Silva e Gallo (2025), como "objetos paradoxais" e "nó da contradição" para desnaturalizar a relação entre o desejo de soberania tecnológica estatal e a materialidade digital estruturalmente dependente das Big Techs. O percurso metodológico se organiza a partir da contextualização das condições de produção, analisando o lugar institucional do MEC e o momento histórico de emergência das IAs generativas, seguida pelo recorte e seleção de Sequências Discursivas (SD) que tentam institucionalizar sentidos de "verdade" sobre a tecnologia. A etapa final consiste na análise dos efeitos de sentido por meio da interpretação de redes parafrásticas e processos de silenciamento, buscando compreender como o texto organiza os gestos de interpretação sobre a docência e de que forma produz o que as autoras denominam como um "gesto de colonialidade digital".

4 Resultados e Discussão

A análise das SDs selecionadas para análise no Referencial aponta um movimento estratégico de institucionalização de sentidos que busca legitimar a tecnologia, ao mesmo tempo que tende a silenciar sobre novas formas de assujeitamento docente. Um dos eixos centrais é a recorrência do "Princípio da centralidade dos educadores". Discursivamente, essa centralidade opera como uma formação imaginária destinada a mitigar o receio social da substituição do humano pela máquina, vinculando a valorização ao princípio da "supervisão humana significativa" (*human-in-the-loop*). Sob a ótica da AD, esse deslocamento projeta o professor como o responsável ético final por validar possíveis "alucinações" ou erros factuais da máquina, silenciando sobre a sobrecarga de trabalho gerada por essa função de auditoria constante, e sobre a impossibilidade de realmente validar tudo o que for produzido, uma vez que não se tem controle sobre os modelos algorítmicos utilizados e, tampouco, sobre os efeitos de sentido que tais produções são capazes de acarretar.

No que tange à promessa de uma "Mediação Docente Aumentada", o documento utiliza uma rede parafrástica que enfatiza a "otimização do tempo docente" (que por si só já reforça conceitos neoliberais de produtividade) e o uso da IA como auxiliar pedagógico. Contudo, a análise revela um processo de silenciamento sobre a intensificação do trabalho: o tempo supostamente "liberado" para atividades de maior valor está, na realidade, capturado pela exigência de novos letramentos técnicos, pela gestão de fluxos algorítmicos complexos, e massivamente desconhecidos, e por tantas outras funções que provavelmente serão delegadas aos professores.

No eixo da soberania tecnológica, observa-se o que Grigoletto, Silva e Gallo (2025) denominam como o "nó da contradição". Enquanto o Referencial defende o desenvolvimento de "modelos capazes de representar o Brasil" e a "soberania sobre dados", a materialidade técnica evidencia uma dependência estrutural de infraestruturas controladas por grandes corporações internacionais (*Big Techs*). Para as autoras, falar em soberania digital, ignorando a submissão aos modelos e hardwares do Norte Global, situa esse desejo na ordem do "impossível". Esse cenário pode, portanto, representar um "gesto de colonialidade digital", em que as instituições brasileiras acabam moldadas por processos de legitimação externos à nossa realidade, ao nosso idioma e à nossa cultura e regionalidades.

A regularidade discursiva em torno da "personalização do ensino" (pp. 64, 109) revela a IA como um objeto paradoxal. Conforme alertam Grigoletto, Silva e Gallo (2025), o discurso

oficial promete atender à singularidade do estudante, mas, como frisado anteriormente, o funcionamento algorítmico se baseia inerentemente em cálculos de escala e identificação de padrões determinados e programados pelo norte global, o que, por princípio, exclui a singularidade do sujeito, especialmente do sujeito brasileiro e de suas regionalidades. Esse movimento induz a uma automatização dos processos de ensino, resultando na perda do que é próprio da docência: a reflexão profunda sobre os processos pedagógicos e o conhecimento sensível da turma. Ao delegar a mediação aos Sistemas Tutores Inteligentes, pode ocorrer uma terceirização do esforço cognitivo, em que o docente deixa de ser o sujeito que reflete sobre o ato pedagógico para se tornar um gestor de sistemas, um engenheiro de *prompts* e um analista de resultados.

Essa dinâmica consolida um processo de desprofissionalização do trabalho docente, reduzindo o professor à condição de um "sujeito-avator". Trata-se de um sujeito operando sob normatizações técnicas, encarregado de gerir painéis de dados, de criar *prompts* e validar sistemas cujas bases ele não controla. Como aponta Severino (2014), a atividade humana educativa não se determina de forma mecânica, mas ganha sentido em uma opção valorativa e intencional; ao ser reduzida a uma lógica operacional mediada pela IA, a docência sofre uma precarização de sua dimensão intelectual, esvaziando a autonomia necessária para a formação de sujeitos críticos, e do processo subjetivo de construção de modos de docência.

5 Conclusão

A análise discursiva empreendida permite concluir que o "Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de IA na Educação" opera como um dispositivo de institucionalização de sentidos que busca legitimar a Inteligência Artificial na educação brasileira sob a aparência de progresso e emancipação. Contudo, esse movimento oculta o que Grigoletto, Silva e Gallo (2025) definem como o "nó da contradição": um discurso de soberania nacional que mascara o "gesto de colonialidade digital", submetendo as instituições educacionais brasileiras a infraestruturas e lógicas de funcionamento controladas pelas *Big Techs*.

No que tange ao papel do professor (eixo central dos objetivos desta pesquisa), conclui-se que a formação imaginária que sustenta o discurso sobre "centralidade docente" no Referencial, em vez de garantir autonomia, tende a instaurar um processo de

desprofissionalização, reduzindo o professor à condição de um "sujeito-avatar". Trata-se de um sujeito interpelado a agir como mero operador de sistemas, cuja função é gerir painéis de dados e validar processos algorítmicos em escala que ele não controla. A promessa de "personalização do ensino" se revela, assim, um objeto paradoxal: ao tentar atender à singularidade via cálculos estatísticos de massa, o sistema promove uma padronização que apaga o que é próprio da docência: o conhecimento sensível da turma e a reflexão pedagógica subjetiva. Sob os pressupostos da AD, reconhece-se que o discurso é constitutivo da história e, portanto, é impossível quantificar todos os seus possíveis efeitos de sentido, que permanecem múltiplos, variados e inesgotáveis.

Diante desse cenário, é evidente que o uso da IA na educação não é uma solução técnica neutra, mas um campo de luta ideológica. A "centralidade" do professor só poderá ser efetiva se a formação docente superar o letramento técnico-instrumental e alcançar uma consciência política sobre a materialidade digital. Nesse contexto é que torna-se importante pensar em letramento digital e em inteligência artificial na formação inicial e continuada dos professores. Somente a compreensão das contradições e dos silenciamentos presentes nesses documentos oficiais permitirá que o trabalho docente resista à redução operacional e reivindique a mediação pedagógica como um ato intelectual, ético e politicamente consciente.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de IA na Educação**. Brasília: MEC, 2026.

GRIGOLETTO, E.; SILVA, S. D.; GALLO, S. L. M. **"IA para o bem de todos"?: discurso, sujeito, contradição**. SciELO Preprints, 2025.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2014.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Inteligência Artificial; Documento oficial; Produção de sentidos; Docência.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2025-0374

Financiamento:

